



Angola e Portugal: esperanças e ruturas

1 Próximo de Luanda uma senhora abordou-nos para vender o filho por cinco dólares. Escandalizámo-nos. Foi-nos explicado depois que ela era uma boa mãe: pretendia encontrar alguém que pudesse garantir um futuro ao seu filho. “É frequente encontrar cadáveres de crianças famintas nos contentores”, informaram-nos.

Isto aconteceu num país com uma imensa riqueza natural, soberano há décadas, em paz, com taxas de crescimento que teriam permitido alterar profundamente as relações de produção e reduzir a pobreza extrema dos dois terços da população. Alguns justificam a situação com a “maldição dos recursos naturais” e esquecem que as suas raízes

profundas se radicam na relação promíscua entre riqueza pública e privada de elites políticas e militares, na corrupção, na apropriação indevida de riqueza, na lavagem de dinheiro.

Segundo a TI, Angola é dos países mais corruptos do mundo, ocupando a 167.^a posição (em 180). Talvez por isso em poucos locais encontrámos tantos interessados em estudar a

fraude e a corrupção, em promover a sua prevenção, em denunciar a plutocracia.

2 Mudado o poder político assiste-se a movimentos de mudança no combate à fraude e à corrupção em Angola. Quiçá fundamentais para futuros mais radiosos naquele país, mas também no mundo, e, obviamente, no nosso país.

Em Portugal quando se fala em cooperação fala-se em investimento angolano em Portugal (não nas crianças famintas ou nos emigrantes de ambos os países). Tal significa o alastramento da fraude e da corrupção a elites portuguesas (espontânea e planeada), o envolvimento recíproco em negócios desonestos, a ação conjunta em paraísos fiscais, a utilização de Angola “sem lei” por portugueses e de Portugal com oportunidade de negócio e de entrada da zona euro por angolanos.

Quantas privatizações, quantos aumentos de capital de empresas, quantos vistos *gold* e quantas parcerias e acordos em Portugal são refúgio de fraude, roubo e crime em Angola? Há futuramente forte probabilidade de tais constatações.

Em Angola até recentemente não se distinguia riqueza pública e privada. Concomitantemente em Portugal as políticas restritivas da UE são a estranha forma de combater a crise e o crescimento diminuto.